

Resumo da Gestão FNP

Este encarte contém matérias e informações dos últimos dois anos de atuação da FNP.

2015 - 2017

Trabalho da diretoria trouxe conquistas para os municípios



Fotos: Sandro Damasceno / FNP

Importantes agendas da pauta municipalista tiveram avanços nos dois anos da gestão da diretoria 2015 – 2017. Sob a liderança de Marcio Lacerda, na ocasião prefeito de Belo Horizonte/MG, os governantes locais trabalharam na busca de alternativas para o pagamento de precatórios, na renegociação das dívidas com a União, na partilha da multa do Programa de Repatriação

de Recursos, na desvinculação de receitas, na prorrogação dos contratos do programa Mais Médicos e na liberação para novos cursos de medicina em todo o país. Durante o período, a FNP firmou protocolos e parcerias para favorecer políticas públicas para a população. Também realizou o IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável

(EMDS). O já consolidado maior evento sobre sustentabilidade urbana do país reuniu, na quarta edição, 8.755 participantes, de 24 a 28 de abril de 2017, no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília/DF.

Nas próximas páginas, há um resumo de algumas atividades desenvolvidas pela gestão que se encerra. Saiba mais em www.fnp.org.br

{ EDITORIAL }



Gilmair Felix / FNP

Solenidade Oficial do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável

EM DEFESA DAS CIDADES

Artigo ex-prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP gestão 2015/2017

A realização do IV Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, ocorrido em Brasília, no final do mês de abril, marcou o término do meu mandato na Presidência da Frente Nacional de Prefeitos. Apesar de todas as dificuldades do momento, o IV EMDS consolidou-se de vez como o maior evento de sustentabilidade urbana do país, contando com quase 9 mil inscrições, mais de mil municípios representados, mais de 400 prefeitos, apoio de 200 organismos nacionais e internacionais e a fundamental parceria do Sebrae, mais uma vez indispensável para o sucesso do evento.

O mandato na presidência foi concluído, mas o nosso trabalho na entidade continua. A nova diretoria executiva da FNP, agora presidida pelo prefeito de Campinas, Jonas Donizette, eleito por unanimidade, decidiu criar o Conselho dos ex-Presidentes da entidade. Tive a honra de ser escolhido também por unanimidade para ser o seu primeiro Presidente. Sem dúvida, uma instância que vai incorporar a experiência de quem já foi prefeito e passou pelo comando da FNP, agregando conhecimento, ideias e práticas que transformaram a entidade numa das mais relevantes do cenário político brasileiro.

Mesmo com as turbulências políticas e econômicas, no período de dois anos na Presidência da FNP apresentamos resultados muito positivos para os municípios e, em consequência, para a população brasileira. Foi através da ação política da FNP, por exemplo, a iniciativa do governo federal em prorrogar o contrato de médicos estrangeiros no programa Mais Médicos. Ainda na área da saúde, fizemos várias gestões junto ao Governo Federal e ao Tribunal de Contas da União para destravar a criação de mais 39 cursos de Medicina em onze Estados do país. Outra grande vitória, esta mais recente, foi a liberação dos recursos das multas da repatriação, que inicialmente estava prevista somente para os Estados. Esta medida representou

mais de R\$5 bilhões para todos os municípios brasileiros.

Durante a realização do IV EMDS obtivemos mais duas vitórias de grande relevância. Em uma ação articulada pela Frente Nacional de Prefeitos, o Governo Federal anunciou a liberação de R\$10 bilhões para a realização de investimentos nas cidades por meio de PPPs e concessões. Ainda durante o evento, o Presidente Michel Temer anunciou que vai refinanciar as dívidas dos municípios com o INSS, aliviando as finanças de grande parte das nossas cidades.

Estes são apenas alguns exemplos de ações que proporcionaram benefícios concretos para os cidadãos brasileiros. No entanto, mais do que ações pontuais, a atuação da FNP nestes dois últimos anos deu um grande salto de patamar. Antes mesmo do início do meu mandato, um dos principais objetivos da Frente era a criação de uma permanente mesa federativa de negociações envolvendo União, Estados e Municípios com o objetivo de buscar soluções conjuntas para os problemas do país. As constantes mudanças nas equipes de governo não permitiram a consolidação desse fórum, mas sem dúvida alguma avançamos bastante.

Hoje, a FNP conseguiu incluir na agenda da Câmara e do Senado pautas prioritárias de interesse dos municípios. Levamos ao Presidente do Congresso Nacional uma relação de sete projetos que já estão em tramitação que, se aprovados, serão muito benéficos para as cidades. Junto ao Governo Federal, conseguimos mostrar que a reinvenção do financiamento e da governança das cidades não se faz apenas com mais recursos. É possível melhorar a gestão também através da adoção de novas normas jurídicas e procedimentos regulatórios, menos burocracia e acesso mais fácil às regras de financiamento, entre outras medidas. No Judiciário também incluímos a pauta municipalista entre as prioridades do STF. Somente nos últimos cinco meses, foram duas reuniões com a Ministra Carmem Lúcia. Nessa articulação junto ao Executivo, Legislativo e Judiciário, vamos cada vez mais comprovando a necessidade de uma mudança urgente e inadiável no relacionamento entre os entes federativos, estabelecendo um maior protagonismo das cidades e dos seus líderes locais na superação dos problemas do país.

Expediente:

Gestão eleita para o biênio 2015-2017 - Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). 1º Vice-presidente Nacional: Fernando Haddad (prefeito de São Paulo - SP). 2º Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente de Relações Internacionais: Luciano Rezende (prefeito de Vitória - ES). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Vice-presidente assuntos das Regiões Metropolitanas: Jonas Donizette (prefeito de Campinas - SP). Vice-pres. para assuntos das Cidades Inteligentes: Geraldo Júlio (prefeito de Recife - PE). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). 1º Secretário: Arthur Virgílio (prefeito de Manaus - AM). 2º Secretário ACM Neto (prefeito de Salvador - BA). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Ingrid Freitas, Livia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Phillipe Cedro. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 - CEP: 70340-910 - Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Esse encarte, Resumo da Gestão FNP 2015/2017, é parte da edição nº 107 do Jornal FNP.

Prefeitos contribuem para o documento sobre mudanças climáticas na COP 21

Sophie Robichon / FNP



Conferência foi realizada em Paris

Prefeitos brasileiros estiveram em Paris (França), de 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015, participando da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21). Na ocasião, autoridades internacionais reconheceram a importância dos governos locais para o enfrentamento do aumento da temperatura no planeta.

Um dos destaques da COP 21 foi a Cúpula Climática, realizada no dia 4 de novembro. O encontro dedicado a líderes locais, em busca do comprometimento com a redução das emissões de gases de efeito estufa, foi o momento em que prefeitos e demais autoridades consolidaram uma carta para influenciar as negociações expondo o ponto de vista municipalista. O documento, aclamado por mais de 1000 líderes locais, foi entregue ao então ministro de Relações Exteriores da França e presidente da COP 21, Laurent Fabius.

Como resultado da Cúpula Climática, prefeitos entregaram ao então secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban-ki Moon, o documento “Declaração de Paris”, no qual mais de 400 cidades do mundo se comprometeram a reduzir as emissões do dióxido de carbono (CO₂), até 2030.

A comitiva de governantes locais brasileiros em Paris foi composta pelo prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP; do Rio de Janeiro/RJ, Eduardo Paes, vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional; de Palmas/TO, Carlos Amastha, vice-presidente Estadual de Tocantins; de Itu/SP, Antônio Luiz Carvalho

Gomes, além da vice-prefeita de São Paulo/SP, Nádia Campeão.

A programação sugerida pela FNP aos prefeitos teve início no dia 3 de dezembro, com uma agenda proposta pela entidade, em parceria com o ministério do Meio Ambiente e com a Embaixada do Brasil na França. Na ocasião, a delegação brasileira apresentou iniciativas locais de combate e adaptação às mudanças climáticas e de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no âmbito municipal.

Segundo o presidente da FNP, Marcio Lacerda, 60% dos gases de efeito estufa saem das regiões urbanas. “Naturalmente decisões de caráter macroeconômico e de política energética internacional precisam ser tomadas. O Brasil já deu um avanço importante na questão da redução do desmatamento, mas ainda há muito o quê fazer”, concluiu.

Compacto de prefeitos

“Se dermos suporte às cidades médias tenho 100% de certeza que os problema de inchaço das grandes cidades irá se desfazer.” A frase foi dita pelo prefeito de Palmas/TO, Carlos Amastha, vice-presidente Estadual da FNP, no Compacto de Prefeitos, realizado no dia 7 daquele ano.

Em sua intervenção, o prefeito destacou a importância das cidades médias fazerem seus planejamentos urbanos de forma adequada e citou a capital do Tocantins como exemplo. “Nós sabemos que na América Latina mais de 80% da população vive nas cidades. A boa notícia é que 65% dessas pessoas vivem em cidades médias”, falou.

O presidente da FNP completou

dizendo que as cidades devem se unir e buscar construir uma política climática nacional, mais articulada e eficaz, com a inclusão da representação de autoridades municipais no Núcleo de Articulação Federativa para o Clima. “Temos convicção, ainda, de que o sucesso da agenda de combate às mudanças climáticas no Brasil dependerá de que os governos municipais também tenham acesso aos instrumentos e recursos necessários para executar as ações definidas pelas negociações da COP 21”, destacou Marcio Lacerda ■

Governo federal prorroga contratos do Mais Médicos

Conquista da FNP

Sancionada em 12 de setembro de 2016, a Lei que garantiu, por mais três anos, a permanência de sete mil profissionais do Programa Mais Médicos representou uma conquista da FNP para a população. A medida atendeu a um pleito da entidade, após os prefeitos destacarem, em pedido formal à presidência da República, a importância da continuidade dos serviços prestados por esses profissionais à saúde pública do país.

O texto também prorroga o visto temporário de estrangeiros que trabalham no programa sem diploma revalidado no Brasil. Além disso, mantém a atuação de médicos brasileiros formados no exterior na mesma situação.

Para continuidade da assistência à saúde para cerca de 63 milhões de brasileiros, a então presidente da República, Dilma Rousseff, assinou

uma Medida Provisória, convertida em Lei, dando início ao processo, em 24 de abril de 2016. Na ocasião, Marcio Lacerda afirmou ser um “um grande alívio para os prefeitos preocupados com a descontinuidade do programa”.

De acordo com dados do ministério da Saúde, são mais de 18 mil médicos em mais de 4 mil municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

A necessidade de mais profissionais de saúde foi evidenciada pela campanha “Cadê o Médico?”, promovida pela FNP, em 2013. A iniciativa demonstrou a carência generalizada de profissionais nos municípios brasileiros, em especial no interior e nas periferias das grandes cidades e, com uma coleta de assinaturas, resultou na criação do Programa Mais Médicos para o Brasil ■



Programa atende milhões de brasileiros

Paulo Negreiros / FNP

MEC autoriza abertura de novos cursos de medicina

Conquista da FNP


Prefeitos estiveram no MEC

Paulo Negreiros / FNP

Depois de quase um ano de suspensão do processo de abertura de novos cursos de medicina, o Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial da União (DOU) do dia 27 de setembro de 2016 a lista das mantenedoras selecionadas e classificadas para oferecer as novas vagas em 37 municípios do interior do país. As instituições foram divulgadas por meio da Portaria Nº 545, de 26 de setembro de 2016, que trouxe, também, a autorização para o aumento de vagas em cursos já ofer-

tados em 13 municípios.

A publicação da lista foi pleiteada pela FNP, em várias reuniões e audiências entre prefeitos, ministros e parlamentares, desde 2015. Para o prefeito de Três Rios/RJ e vice-presidente de Desenvolvimento da entidade, Vinícius Farah, a abertura de novas vagas de medicina é uma conquista histórica e consolida o Programa Mais Médicos. “A chegada da universidade no município não só vai impactar diretamente na saúde pública da população como vai pros-

pectar mais desenvolvimento e empreendedorismo, marca de Três Rios”, comemora Farah, lembrando que “o papel da FNP foi fundamental no processo. Foi a FNP que deu início à luta pela criação do Mais Médicos e a continuidade do Programa”.

O prefeito de Araras/SP, Nelson Brambilla, também comemorou a divulgação da lista e dos municípios que sediarão as novas universidades. “É um dia histórico, que vai empoderar o município e melhorar a saúde pública em toda a nossa região. E não podemos deixar de agradecer à FNP, que sempre esteve com os prefeitos nessa luta”. Brambilla também destacou que “é importante fiscalizar para que a formação dos novos profissionais seja baseada na qualidade dos serviços ao povo e não só ao mercado”.

Segundo a Portaria do MEC, as instituições de ensino terão até 18 meses para colocar os cursos em funcionamento ■

Dois anos de trabalho e importantes



ABRIL - 2015

Marcio Lacerda toma posse como presidente da FNP, gestão 2015/2017, durante a realização do maior evento de sustentabilidade urbana do país, o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável.



MAIO - 2015

Prefeitos da diretoria da FNP intensificam o diálogo com o governo federal, na reunião com o vice-presidente da República, Michel Temer, destaque para a proposta de aprimoramento do diálogo federativo, por meio da criação de uma mesa permanente de negociação entre os entes federados.



JUNHO - 2015

Prefeitos da diretoria da FNP apresentam 19 demandas municipalistas aos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Foi um importante momento de diálogo e debate de questões diretamente ligadas à vida nas cidades.



JULHO - 2015

Comitiva de prefeitos que compõem a diretoria da FNP participa de missão internacional no Vaticano, a convite do papa Francisco. A agenda, pautada pelo Desenvolvimento Sustentável, também contou com a realização do workshop "Escravidão Moderna e Mudanças Climáticas: o Compromisso das Cidades" e do simpósio "Cidades e o Desenvolvimento Sustentável".



AGOSTO - 2015

Sanção do Complemento de Lei nº 128, que garante apoio fiscal dos municípios em troca do índice dos municípios permitindo que reequilibrem suas contas.



AGOSTO - 2016

Em reunião articulada pela FNP, o ministro da Educação, Mendonça Filho, anuncia outubro como prazo para a assinatura do termo de compromisso com as instituições mantenedoras selecionadas para instalação dos cursos de Medicina.



JULHO - 2016

FNP realiza primeira reunião da comissão organizadora do IV EMDS. Encontro contou com a participação de mais de 100 representantes de 40 cidades e três consórcios públicos filiados à FNP, além de 21 presidentes e integrantes de fóruns e redes de secretários.



JUNHO - 2016

Atendendo à sugestão do presidente da FNP, o presidente da República interino, Michel Temer, sanciona Lei que autoriza a entrada forçada de agentes de saúde em imóveis abandonados para ações de combate ao mosquito transmissor da dengue, da febre chikungunya e do zika vírus.



MAIO - 2016

Dirigentes da FNP consolidam e apresentam, ao ministro Geddel Vieira Lima, a carta "Propostas urgentes e estruturantes para a vida nas cidades", com mais de 30 tópicos para o fortalecimento do pacto federativo.



SETEMBRO - 2016

MEC publica no Diário Oficial da União lista das mantenedoras selecionadas e classificadas para oferecer novas vagas de medicina em 37 municípios. Portaria traz, também, a autorização para o aumento de vagas em cursos já ofertados em 13 municípios.



OUTUBRO - 2016

Em agenda articulada pela FNP, os prefeitos de Belo Horizonte/MG e presidente da entidade, Marcio Lacerda, e de Palmas/TO, Carlos Amastha, se reuniram com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Lima, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Nas audiências, os prefeitos apresentaram uma proposta de adequações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para afastar a elevada insegurança jurídica que atualmente contextualiza o fechamento de contas nos municípios.



NOVEMBRO - 2016

Prefeitos eleitos e reeleitos debatem as principais angústias municipais com o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. O encontro também integrou a programação da 70ª Reunião Geral da FNP.



DEZEMBRO - 2016

Após articulação da FNP com o presidente Michel Temer e o vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, o governo federal repassa aos municípios o valor proveniente da multa do programa de repatriação, contribuindo para o fechamento de contas de 2016.

avanços para os municípios brasileiros



OUTUBRO - 2015

Projeto de Lei nº 37/2015, que trata do equilíbrio orçamentário para o equilíbrio dos municípios, com a redução das dívidas dos municípios com a União, e a melhoria das suas finanças.



SETEMBRO - 2015

Presidente da FNP participa do lançamento da nova agenda mundial do desenvolvimento, em Nova Iorque, durante a Cúpula da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável 2015.



OUTUBRO - 2015

Durante a 68ª Reunião Geral da FNP foi realizado o lançamento do IV EMDS. Na ocasião, os prefeitos também elaboraram uma carta com as principais demandas municipalistas, apresentada em reunião da diretoria executiva da FNP com a presidente Dilma Rousseff.



NOVEMBRO - 2015

Belo Horizonte sediou o Fórum Vida Urbana: Reflexões sobre o Futuro das Cidades. O evento, realizado em parceria com a FNP, reuniu prefeitos, estudiosos e membros da sociedade civil para debater o planejamento urbano no país.



DEZEMBRO - 2015

Autoridades internacionais reconheceram a importância dos governos locais para o enfrentamento do aumento da temperatura na Terra durante a COP21 e consolidam carta para influenciar as negociações com ponto de vista municipalista.



ABRIL - 2016

Atendendo à solicitação da FNP, a presidente Dilma Rousseff assina a Medida Provisória prorrogando a permanência de médicos estrangeiros, e brasileiros formados no exterior, no programa Mais Médicos para o Brasil.



MARÇO - 2016

FNP realiza 69ª Reunião Geral no Rio de Janeiro/RJ, com a participação de mais de 70 prefeitos. Alternativas para enfrentar a crise econômica e política que o Brasil atravessa permearam os temas debatidos na Plenária Deliberativa de Prefeitos. Na ocasião, o grupo deliberou pela redação da Carta dos Prefeitos em Defesa do Diálogo Nacional, que propõe o avanço no diálogo federativo, para superar a crise no país.



FEVEREIRO - 2016

Após mobilização da FNP, o governo federal edita novo decreto alterando a regulamentação da renegociação de dívidas dos municípios com a União, confirmando o entendimento da FNP de que os aditamentos que seriam assinados não configuravam novas operações de crédito.



JANEIRO - 2016

FNP inicia a pauta municipalista do ano com o tema da dívida dos municípios com a União, em reunião com o presidente do Banco do Brasil e com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).



JANEIRO - 2017

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, se comprometeu em dar andamento às demandas municipais apresentadas pela FNP, em documento com 12 pontos prioritários. Participaram da reunião prefeitos e vice-prefeitos de importantes cidades do país.



FEVEREIRO - 2017

Além de lançamentos regionais do IV EMDS em Recife/PE, Salvador/BA, Fortaleza/CE, Campinas/SP, o presidente da FNP apresenta pauta municipalista para o ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Antonio Imbassahy e participa de reunião no ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) para buscar soluções que viabilizem e incentivem a adoção de programas de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs).



MARÇO - 2017

No dia 3, reunião com o ministro da Saúde, Ricardo Barros, para viabilizar o SUS Legal. A agenda seguiu até o final do mês com lançamentos regionais do IV EMDS nas cidades de Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, Contagem/MG, Divinópolis/MG, João Pessoa/PB, São Paulo/SP, Muriaé/MG, Uberlândia/MG, Uberaba/MG, Apucarana/PR, Manaus/AM e Santos/SP.



ABRIL - 2017

Este mês também foi marcado por lançamentos regionais do IV EMDS e a realização do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, entre os dias 24 e 28 de abril, em Brasília/DF. Os lançamentos foram realizados em Palmas/TO, Brasília/DF, Poços de Caldas/MG, Vitória/ES, Almenara/MG, Juiz de Fora/MG, Ribeirão Preto/SP, Aparecida de Goiânia/GO, Montes Claros/MG e em Varginha/MG. Neste mesmo mês, também foi criado o Conselho de ex-presidentes da FNP e Marcio Lacerda escolhido como presidente da primeira gestão.

Prefeituras recebem repasse proveniente da multa do programa de repatriação

Conquista da FNP

Beto Barata / Presidência da República



Recursos ajudaram no fechamento de contas do ano

O governo federal depositou, no dia 30 de dezembro de 2016, o valor proveniente do repasse da multa do programa de repatriação aos municípios. Essa foi mais uma conquista da FNP, já que o pagamento só foi realizado devido ao empenho e articulação da entidade, que trabalhou neste intuito, participando de audiências com o presidente da República, Michel Temer; ministro da Fazenda, Henrique Meirelles e com o vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, para resolver o impasse.

Na manhã do dia 30, o presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, conversou por telefone com o presidente do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli, que garantiu que o dinheiro estaria na conta das prefeituras até o final do dia.

A União já havia se comprometido em fazer o depósito, por meio da Medida Provisória 753/2016, que tratou da forma de partilha da multa, mas o TCU proibiu a mudança de data da entrada dos recursos, alegando feriado bancário.

Na noite de quinta, após uma agravo (instrumento jurídico de

recurso que tem o objetivo de reformar uma decisão) vindo do Tesouro Nacional, e proposto a pedido da FNP, o ministro Carreiro reviu sua decisão, autorizando que o pagamento fosse feito na sexta-feira, conforme previa a MP.

A quantia foi de cerca de R\$ 5 bilhões e auxiliou os prefeitos a fecharem as contas na reta final do mandato. Para Marcio Lacerda, fica demonstrado que houve apenas um erro de entendimento do tribunal. Ainda segundo Lacerda, o dinheiro que entrou nos cofres foi muito importante, especialmente para os menores

municípios, que dependiam desses recursos para fechar o ano com as contas em dia.

“Nos municípios menores, a receita oriunda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) representa um valor importante em relação a sua receita total para o fechamento de suas contas. Se esse dinheiro não entrasse, estimo que pelo menos 60% dos municípios brasileiros teriam dificuldades em quitar suas contas, que dependiam desse repasse para fechamento de contas, estariam sujeitos as penalidades impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que são: inelegibilidade, prisão e uma enxurrada de ações judiciais. Os municípios

não poderiam ser penalizados por mal-entendidos do governo”, destacou Lacerda.

Segunda fase

No dia 14 de março de 2017, o Senado Federal aprovou a segunda fase do programa de repatriação, dando prosseguimento ao projeto de Lei que reabre o prazo para regularização de ativos mantidos ou enviados ilegalmente ao exterior. Os valores da tributação total foram mantidos, conforme texto da Câmara dos Deputados: 15% de imposto e 20,25% (ou 135% do imposto pago) de multa. O Projeto de Lei também prevê de forma explícita a partilha de 46% dos valores arrecadados com os estados e os municípios, por meio dos fundos de participação (FPE e FPM)■



Reunião no TCU foi decisiva para liberação dos recursos

Rodrigo Ennes / FNP

União altera decreto da renegociação de dívidas dos municípios

Conquista da FNP

Depois de grande mobilização da FNP, o governo federal editou novo decreto alterando a regulamentação da renegociação de dívidas dos municípios com a União. O Decreto nº 8.665/2016, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U) do dia 11 de fevereiro de 2016, revoga o inciso IV, do parágrafo 1º, do artigo 2º do Decreto nº 8.616/2015, confirmando o entendimento da FNP de que os aditamentos que serão assinados não configuram novas operações de crédito.

A decisão do governo federal de revogar itens publicados no Decreto anterior foi tomada depois da deliberação provisória da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), em ação ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Popular Socialista (PPS), a partir de pedido

da FNP e da mobilização dos prefeitos em encontros com ministros do STF.

De acordo com o presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, o novo decreto representou um marco no tema. “Conseguimos, com articulação e mobilização dos prefeitos e secretários, a solução para esse impasse das dívidas dos municípios”, disse.

O novo texto excluiu a obrigatoriedade de autorização legislativa, revogou o item que determinava a retirada prévia de eventuais processos judiciais sobre o tema e desobriga o cumprimento das regras estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pela Resolução 43/2001, do Senado Federal, para operações de crédito, itens detalhados no Manual para Instrução de Pleitos (MIP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Sobre as dívidas

A mudança do indexador de dívidas foi uma das reivindicações da Carta dos prefeitos e prefeitas da FNP aos Candidatos à Presidência da República, divulgada em setembro de 2014. Há mais de uma década, a renegociação dessas dívidas é uma bandeira de luta da FNP pelo equilíbrio federativo e pela responsabilidade fiscal. Em novembro de 2014 foi sancionada a Lei Complementar 148, trazendo as novas regras para esses contratos.

Em agosto de 2015, o Congresso aprovou a Lei Complementar 151, determinando a entrada em vigor das novas regras, independentemente de regulamentação, em 1º de fevereiro de 2016. Em outubro, os prefeitos da FNP encaminharam carta aos presidentes dos três poderes alertando para a urgência na regulamentação dessas leis.

Em 29 de dezembro, o Decreto nº 8.616 foi publicado em edição extraordinária do Diário Oficial da União, estabelecendo as fórmulas para reprocessamento das dívidas pelos novos encargos autorizados, bem como para a apuração mensal do coeficiente de atualização monetária da dívida remanescente. O decreto regulamentou os novos critérios para os financiamentos que haviam sido estabelecidos pelas Leis Complementares e considerou esses aditamentos como novas operações de crédito.

No dia 29 de janeiro, a ministra Cármen Lúcia, do STF, deferiu parcialmente o pedido de Concessão de Medida Cautelar solicitado na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, que contestou regras estabelecidas pela União no Decreto nº 8.616.

A partir da decisão da ministra, os municípios não precisariam mais de autorização das Câmaras de Vereadores para celebrar os aditamentos dos contratos com a União. Outro item determinado na decisão do STF é a suspensão da necessidade de que os municípios desistam de ações judiciais que eventualmente já estão impetradas contra a União. Diante da decisão do STF, a FNP solicitou audiência para sensibilizar o governo federal e evitar uma enxurrada de ações judiciais para garantir o que foi expresso no deferimento do Supremo. Embasado na decisão da ministra, o município de Contagem/MG, no dia 2 de fevereiro de 2016, garantiu na justiça federal, por meio de um mandado de segurança, a aplicação das novas regras sem a necessidade de apresentar a documentação relativa à operação de crédito■

Parcerias fomentam políticas públicas nas cidades

Desde abril de 2015, foram firmados 14 acordos de parceria e cooperação técnica com instituições nacionais e internacionais. Esses protocolos têm o objetivo de intensificar, qualificar e desenvolver políticas públicas e ações inerentes aos interesses dos municípios brasileiros.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) 8 de outubro de 2015

Daniel Coelho / FNP



Promover a cooperação mútua entre os signatários, mediante a elaboração de um plano de ação para ampliar a relação institucional da Agência, com o intuito de fortalecer o SNVS, junto as Prefeituras, ONGS e OG.

Ministério Público do Estado de Minas Gerais 16 de novembro de 2015



Estabelecer caução socioambiental para garantia de custeio de medidas preventivas emergenciais, mitigatórias, reparadoras ou compensatórias decorrentes do rompimento.

Cités Unies France (CUF) 5 de dezembro de 2015

Divulgação



Fortalecer as relações de cooperação existentes e a facilitação dos intercâmbios e do diálogo constante no âmbito da cooperação franco-brasileira.

Associação Comercial do Rio de Janeiro 23 de março de 2016

Divulgação



Estabelecer condições e parâmetros para a realização conjunta de projetos e ações de mútuo interesse dos partícipes, bem como declarar o compromisso para o desenvolvimento do projeto da chama empreendedora.

World Resources Institute (WRI BRASIL) e WRI Cidades Sustentáveis 30 de junho de 2016

Adão de Souza e Breno Patano/FNP



Estabelecer condições de cooperação visando o suporte, elaboração e implementação de projetos relacionados à sustentabilidade das cidades, bem como a disseminação de conhecimento aos governantes e aos gestores locais mediante a realização produção de conteúdo, publicações, oficinas de trabalho, seminários, encontros e outros eventos correlatos.

Fundação Abrinq 2 de setembro de 2016

Divulgação



Fortalecer as gestões municipais que aderiram ao Programa Prefeito Amigo da Criança - PPAC, coordenado pela Fundação Abrinq, mediante articulação, integração e intercâmbio das atividades exercidas pelos parceiros.

Sebrae (Pernambuco) 28 de novembro de 2016



Estabelecer condições de cooperação entre as instituições parceiras, visando a execução do Programa g100 Pernambuco: modernização administrativa e tributária dos municípios para o desenvolvimento local.

Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) 16 de dezembro de 2016



Conjugar esforços para o desenvolvimento e execução de ações conjuntas voltadas à melhoria da gestão e destinação de Resíduos Sólidos nos municípios brasileiros, por meio da disseminação de conhecimento aos governantes e aos gestores locais mediante a realização e produção de conteúdo, publicações, oficinas de trabalho, seminários, encontros e outros eventos correlatos.

.....

Durante o IV EMDS, no dia 26 de abril, foram assinados seis termos de compromisso entre a FNP e entidades nacionais e internacionais. As assinaturas ocorreram em solenidade de posse da nova diretoria da entidade, realizada no mesmo dia.

Global Covenant of Mayors

Felipe Costa/FNP



Apoiar as cidades a avançar com a contribuição brasileira e os objetivos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas.

Smart City Expo World Congress

Gilmar Felix/FNP



Aprimorar as políticas públicas em sustentabilidade urbana e de cidades inteligentes. Além disso, a FNP se compromete a auxiliar na divulgação do Smart City Expo World Congress, em Barcelona (Espanha).

Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro

Felipe Costa/FNP



Estimular o compartilhamento de boas práticas e de iniciativas dos municípios para o combate ao mercado ilegal.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)

Felipe Costa/FNP



Adesão da FNP à Coalizão Latino-americana e caribenha de cidades contra o racismo, a discriminação e a xenofobia - Apoiar a concretização do plano de ação de 10 pontos propostos pela coalizão.

Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS)

Felipe Costa/FNP



Facilitar e promover a colaboração entre as entidades em áreas de interesse comum, que incluem projetos de infraestrutura de mobilidade urbana, qualidade e eficiência na gestão pública, Parcerias Público-Privada e adaptação das cidades Pós-HABITAT III.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Jefferson Soares/FNP



Estabelecer condições para a implementação de ações conjuntas para divulgar a instalação em caráter permanente das Comissões Censitárias Municipais de Geografia e Estatística (CMGES) e incentivar as prefeituras municipais a firmarem o termo de intenção de parceria com o IBGE ■

Emenda Constitucional estipula novas regras para pagamento de precatórios

Conquista da FNP

Pauta recorrente na agenda da FNP, alternativas para o pagamento de precatórios foram consolidadas com a promulgação da Emenda Constitucional (EC) 94/2016, em 15 de dezembro de 2016. Instrumentos como o uso de depósitos judiciais e empréstimos com instituições financeiras estão previstos na alteração da Lei.

Para quitar essas dívidas, prefeituras e governos poderão utilizar 20% dos depósitos judiciais de terceiros e 75% daqueles em que são parte. No que diz respeito aos financiamentos, será permitida, ainda, a contratação de empréstimo acima dos limites de endividamento constitucional ou da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para suprir a necessidade de recursos.

Além disso, o texto faculta o direito de que as prefeituras possam, mediante a apresentação de um plano de pagamento anual, organizar a quitação dos precatórios, em 48 parcelas. A única regra, conforme EC 94/2016, é que o piso mínimo nunca seja “inferior, em cada exercício, à

média do comprometimento percentual da receita corrente líquida no período de 2012 a 2014”. Diante desse contexto, não se pode haver sequestro de verbas públicas de municípios que seguem a orientação da Emenda.

Dessa forma, na medida em que o município angariar recursos, decorrentes dos novos instrumentos jurídicos criados pela EC 94/2016, deve apresentar plano de pagamentos com aumento do valor das parcelas mensais.

Apesar das conquistas, a FNP segue trabalhando para que essa prerrogativa constitucional seja respeitada pelos Tribunais de Justiça (TJ) locais. “O Tribunais de Justiça não estão dando uma aplicação adequada à nova Emenda Constitucional. Estão tentando impor uma interpretação que onera e dificulta a situação dos municípios para o pagamento dos precatórios”, afirmou o procurador-geral de Rio Branco/AC, Pascal Khalil, novo presidente do Fórum Nacional dos Procuradores-Gerais das Capitais.

Situações como a de Rio Branco/

AC e também Porto Alegre/RS, exemplificadas pelo Pedido de Providências aberto pela FNP, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 28 de março deste ano, apontam a inconstitucionalidade no entendimento de alguns TJs. Nesses casos, foram determinados que municípios devedores somassem todo o valor de estoque da dívida de precatórios e o dividissem em 48 parcelas iguais para, então, obter o valor de cada uma para a quitação de todo o passivo.

De acordo com a nota técnica produzida pela FNP, em parceria com o Fórum Nacional de Procuradores-Gerais das Capitais Brasileiras, a decisão que ainda será proferida no Pedido de Providências produzirá efeitos para todos os municípios brasileiros. O documento também orienta que, caso haja sequestro antes da apreciação do pedido liminar formulado pela FNP, o município deve ajuizar ação própria perante o Poder Judiciário contra esta decisão, utilizando-se dos fundamentos jurídicos constantes no documento, disponível para download no site da entidade (www.fnp.org.br) ■

Presidente do STF se compromete a priorizar demandas municipais

Atenta às urgências dos municípios brasileiros, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Cármen Lúcia, afirmou que a União deve ser o primeiro Ente a ser cobrado, quando o assunto são processos judiciais de saúde. “A determinação é que primeiro se responsabilize a União”, declarou a magistrada, no dia 31 de janeiro, em reunião mobilizada pela FNP, com prefeitos e vice-prefeitos de 14 capitais.

O grupo de governantes locais elencou, em um documento entregue à ministra, 12 pontos prioritários, que envolvem as contas municipais e dependem de decisões da Justiça. Segundo o presidente da FNP, Marcio Lacerda, o propósito do encontro foi buscar um reequilíbrio nas responsabilidades dos Entes Federados. “Viemos propor uma revisão de promessas e anseios da Constituição Federal de 1988”, falou.

Judicialização da Saúde e de vagas em creche, Execução Fiscal, Terrenos de Marinha, Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Imunidade Tributária Recíproca,

Cobrança do ISS e alternativas para pagamento de Precatórios foram alguns pontos debatidos.

Desdobramentos

A reunião teve importantes desdobramentos. Após a intervenção da FNP, foi concluído o julgamento do Recurso Extraordinário 760.931, que tratava da responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço. Em votação apertada os Municípios obtiveram importante vitória neste recurso, na medida em que não mais respondem pelos inadimplementos das empresas terceirizadas.

A FNP também está promovendo sua intervenção como ‘amicus curiae’ nas demais ações que foram objeto da pauta da reunião com a Ministra Cármen Lúcia, permitindo acompanhamento criterioso de ações judiciais estratégicas para os Municípios. Além disso, nova reunião com a Ministra-Presidente do STF está sendo agendada, no intuito de acelerar os julgamentos de ações com repercussão no âmbito dos Municípios ■

PEC permite desvincular receitas dos municípios

O Congresso Nacional, no dia 8 de setembro de 2016, em sessão solene, promulgou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 31/2016, que aumentou a flexibilidade para que o governo usasse parte dos recursos do orçamento com despesas que considerar prioritárias e possa redefinir o uso das receitas. A matéria alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas

da União e também estabeleceu a Desvinculação de Receitas dos estados, Distrito Federal e municípios (DREM).

No dia 24 de agosto do mesmo ano, o Senado votou a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023. Segundo o secretário de Finanças de Fortaleza/CE e presidente da Associação Brasileira das Secretárias de Finanças das Capitais (Abrasf), Jurandir Gurgel, “em um cenário restritivo para as finanças municipais

ante o contexto macroeconômico, a aprovação da DRU revelou-se de muita importância para flexibilização da execução orçamentária dos municípios”.

A medida amplia o percentual desvinculado de 20% para 30% e permite que a União aumente o uso desses recursos antes destinados a despesas específicas. Além disso, a PEC criou mecanismo semelhante para estados, Distrito Federal e municípios - a DREM -, ficando desvinculadas 30% das receitas ■



Reunião com a presidente do STF aconteceu no final de janeiro de 2017

Papa debate com prefeitos urgências sociais e ambientais



Convite do Papa evidencia protagonismo das cidades

Desafios comuns, intensificados pelas urgências sociais e ambientais vivenciadas pelos municípios, nortearam, dias 21 e 22 de julho de 2015, o debate histórico en-

volvendo 60 governantes locais, de 29 países, com o papa Francisco, no Vaticano. Entre os prefeitos convidados, seis brasileiros, todos integrantes da FNP.

“Não podemos separar o cuidado do meio ambiente do cuidado com a humanidade. O cuidado com o meio ambiente é um ato social”, alertou o papa Francisco.

Configurando como a terceira maior delegação de prefeitos nesta agenda, o Brasil então esteve representado pelos prefeitos de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP; de São Paulo/SP, Fernando Haddad, vice-presidente; de Salvador/BA, ACM Neto, 2º secretário; de Curitiba/PR, Gustavo Fruet, vice-presidente

de Urbanismo e Licenciamento; de Porto Alegre/RS, José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais e de Goiânia/GO, Paulo Garcia, vice-presidente estadual.

Dando continuidade aos debates propostos pelo Vaticano, a comitiva de prefeitos participou no dia 22 de julho do simpósio “Cidades e o Desenvolvimento Sustentável”, que contou com uma introdução do economista estadunidense Jeffrey Sachs. Dividido em quatro sessões, o evento abordou os

temas do desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental, tripé que sustenta a nova agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Durante a missão ao Vaticano, prefeitos brasileiros assinaram documento em que se comprometem em contribuir para minimizar os efeitos das mudanças climáticas provocadas pelo homem, a exclusão social e a pobreza extrema ■